

Relatório Haitianos Brasiléia – Acre

Nos dias 09 e 10 de março de 2013, visitamos Brasiléia/Acre e produzimos um relatório o qual compartilhamos neste espaço. O teor do documento trata da situação de violação dos direitos humanos por parte do Estado brasileiro em relação aos imigrantes haitianos na fronteira do Brasil com a Bolívia. O objetivo deste relatório é mostrar como o Brasil está tratando a imigração haitiana e, ao mesmo tempo, um convite à reflexão sobre essa política e os direitos humanos.

Relatório Haitianos Brasiléia – Acre

Este relatório tem como objetivo expor nossa experiência vivida junto aos haitianos na cidade de Brasiléia, estado Acre nos dias 09 e 10 de março de 2013 quando os visitamos a serviço do Serviço Pastoral do Migrante – SPM – Arquidiocese Porto Velho, Comissão Pastoral da Terra -CPT-RO e Universidade Federal de Rondônia. Essa viagem teve, também, como objetivo, proporcionar uma visão mais ampla quanto à migração haitiana para o município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, onde muitos residem e para onde muitos desejam prosseguir viagem.

Já é fato conhecido a migração haitiana para a cidade de Porto Velho, iniciada regularmente em março de 2011, quando um grupo de 105 pessoas chegou à cidade. Na realidade este é o segundo grupo, pois o primeiro, composto por cinco pessoas chegou à cidade em fevereiro do mesmo ano, um mês antes dos 105. Desde então, esse fluxo migratório tem sido perene, ao mesmo tempo em que a cidade se tornou uma escala para outros que seguem para as demais unidades da federação, como São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia. Até o presente, 5550 haitianos gozam do *status* de Visto Permanente por Razões Humanitárias, com duração de cinco anos, podendo ser renovável. Como veremos nas imagens abaixo, esse fluxo migratório perfaz um percurso longo até alcançar o Brasil, após semanas ou mesmo meses de viagem até poderem, finalmente, seguir viagem para o destino que almejou na partida.

Em Brasileira, no Acre, os haitianos são mantidos na política de retenção até liberação para seguirem adiante. Enquanto são mantidos retidos, os haitianos são dirigidos para uma instalação, um galpão de um antigo clube da cidade. As disposições das condições físicas das instalações são as seguintes: um terreno de aproximadamente 5.000m², um galpão coberto, mas totalmente aberto, assemelhando-se a uma quadra de esportes, quatro sanitários, sem chuveiros, poucas condições de higiene, com iluminação elétrica, árvores (jambeiros), duas caixas d'água de 2.000 litros cada. A vegetação é complementada pela cerca viva e por bastante capim que cobre todo o restante do terreno. A estrutura leva o nome de um clube local e está locada, custeada pelo erário da nação, como parte da política de imigração. São servidos um desjejum, com café com leite e pão com margarina e duas refeições, ao meio dia e às 19h00min.

Ficam neste local, desde o momento que entram no Brasil, mulheres, homens, adultos e crianças. Além dos haitianos encontramos outros imigrantes, um de Bangladesh e três da República Dominicana. Uma dominicana encontra-se grávida. A entrada dos haitianos no Brasil se dá na região fronteira com a Bolívia e Peru, em

geral de táxi dos respectivos países, a um preço de até 100 dólares estadunidenses por pessoa. No percurso da viagem até o Brasil, os haitianos cruzam diferentes países latino-americanos, num período que pode durar até quatro meses até alcançarem o objetivo.

No momento de nossa visita, encontramos no local um contingente de 508 pessoas concentradas no galpão acima descrito, dispostas nas seguintes categorias: 1) 435 homens; 2) 60 mulheres; 3) 13 crianças; 4) 06 mulheres estão grávidas.

De acordo com as anotações realizadas por um haitiano que está na cidade desde outubro de 2012, deram entrada no local 742 haitianos entre 12 de fevereiro e 08 de março de 2013, ou seja, uma média entre 25 e 30 pessoas diariamente, todos de maneira indocumentada e, dessa forma, ficam retidos, impedidos de seguirem adiante pelo país por não disporem de documentação. Uma vez na cidade, sua permanência pode durar de duas semanas a dois ou três meses, de acordo com as condições financeiras de cada um ou da rapidez ou lentidão dos órgãos estatais nacionais na emissão de documentos. Após a legalização documental, encontram-se livres para seguirem adiante. Até lá, “aguardam”, retidos, concentrados num lugar que o quadro nos remete à ideia de “uma senzala em pleno século XXI”.

A documentação é realizada da seguinte maneira: ao entrar na cidade, em geral trazidos por taxistas peruanos e bolivianos, os imigrantes vão direto para o galpão e, posteriormente, buscam a sede da Polícia Federal para darem entrada no pedido de Refúgio, receberem um carimbo no Passaporte, constando a entrada no país, além de inscrição para obtenção do Cadastro de Pessoa Física, o CPF. Há uma determinação na rodoviária local que os haitianos não podem embarcar sem portar um CPF. Quando liberados dos trâmites burocráticos, têm permissão para seguirem adiante, primeiramente até Rio Branco, para obterem a Carteira de Trabalho e, dessa forma, seguirem para outras cidades mais ao sul do país.

Nota dos colaboradores

Que o nosso trabalho seja elemento de reflexão e crítica, que isso sirva de reflexão sobre a política brasileira de migração e imigração no sentido de que se criem novos métodos para lidar com seres humanos, em condições necessárias de respeito à sua dignidade de acordo com o que está inscrito na Constituição Federal e da ONU, a qual o Brasil é signatário. Que seja, acima de tudo, melhor para as pessoas envolvidas nesse processo, especialmente os que migram e têm que passar por momentos de abjeção. Para uma política nova de migração e imigração, por mais respeito à condição humana, independente de sua origem étnica ou cultural. Isso é o que almejamos, ao escrevermos o presente relatório.

Quando da nossa estada em Brasília junto aos haitianos, conversamos com muitos deles sobre variados temas e o que pudemos constatar é a constância do fator **trabalho** nesse processo migratório, o que denota uma migração de múltiplas facetas, caracterizada predominantemente pela noção de **repulsão da origem** devido às condições sociais, políticas, econômicas e geográficas. É necessário que tenhamos em consideração que o Haiti é uma ilha de pouco mais de 27 mil Km², com cerca de 10

milhões de pessoas, bilíngue, com predominância do crioulo na fala e do francês na escrita. Os motivos da migração desse povo não podem e nem devem ser tomados apenas na perspectiva do fenômeno em si mesmo, ou seja, de maneira acrítica e sem considerar a sua história.

A categoria sociológica *haitiano* deve ser tomada com desconfiança *antropológica*, pois ser haitiano do norte e do sul têm suas diferenças, assim como entre os do campo com os da cidade, de classes sociais diferentes, de religiões diferentes, como especificidades linguísticas. O que de generalidade encontramos é a **migração para trabalho e estudos** entre os haitianos, o que denota que não vieram apenas para trabalhar, mas também para se profissionalizarem no Brasil. Diante desse quadro, temos a expectativa de que este breve relatório sirva como uma reflexão sobre o que, filosoficamente, poderíamos chamar de *a política que deveria ser* contraposta com *a política como ela é*.

O Brasil ascendeu economicamente na perspectiva da produção de riqueza e não em sua distribuição, é uma das sete maiores economias do mundo. Sua importância traz consequências positivas e negativas em relação a diferentes fatores. A migração e a imigração formam uma problemática para o Estado brasileiro, que é desenvolver uma política sobre migração em seus múltiplos aspectos. A **imigração** é um deles e, no caso dos haitianos, encontramos trabalhos que contribuíram e contribuem para essas pessoas, como é o caso da Resolução 97/2012 concedendo Visto por Razões Humanitárias, uma inovação, pela primeira vez neste país se abre essa concessão, para os haitianos, exclusivamente, mas por outro lado há uma lacuna a ser preenchida. No entanto, é pouco! A referida resolução limita cem vistos por mês, enquanto na porta do Consulado brasileiro no Haiti diariamente centenas de haitianos pleiteam visto para o Brasil. Além disso, não há uma política de Estado que privilegie os direitos humanos nesse processo migratório.

No caso de Porto Velho, ao que sabemos, não há uma política de inserção social dos imigrantes de uma maneira deliberada, clara, por parte do governo estadual e municipal. Em relação à esfera federal as informações e os serviços são mais conhecidos e utilizados sem muitas burocracias, sem uma política bem definida, como nos referimos acima. A ação do serviço de assistência social local apresenta limitações em alguns aspectos, refletindo uma faceta de uma realidade cotidiana para boa parte da população da cidade e do estado. A ação do Estado em Porto Velho que até o presente tem se mostrado mais produtiva é no campo da orientação sobre trabalho, com várias ressalvas, como, por exemplo, a ausência de profissionais que tenham conhecimento especializado, para lidar com os imigrantes, dentre outros problemas que não cabe discussão, neste momento.

Desse modo, o que vimos e registramos em Brasileia se constitui, no mínimo, uma vergonha nacional para um país que almeja um lugar de destaque na ONU. Entendemos as razões políticas de se reter o imigrante numa perspectiva da ideologia da segurança nacional, mas não aceitamos e nem compactuamos com as condições de subsistência a que são submetidos os haitianos, tanto nessa cidade quanto em Tabatinga, no estado do Amazonas. São várias as falhas e faltas do Estado em relação à sua política de imigração, percebe-se claramente o despreparo profissional de seu quadro de funcionários, excetuando alguns casos. Podemos fazer pelo menos três afirmações, que os haitianos são imigrantes para trabalho e estudos e o Estado brasileiro precisa melhorar sua política de imigração.

O nosso trabalho contempla pelo menos três perspectivas, a ajuda humanitária – que de certa forma é o nosso exercício do que se pode chamar de cidadania –, a pesquisa científica e a crítica social. A viagem que fizemos a Brasileia é a terceira desde que se iniciou a migração haitiana, tendo outras duas acontecido, uma corrida entre 10 a 12 de janeiro e a segunda entre 10 e 11 de novembro, ambos de 2012. Desde a chegada do primeiro grande grupo de haitianos a Porto Velho, em 2011, o SPM e a CPT estiveram presentes e têm, desde então, acompanhado sua trajetória e realizado a ajuda humanitária.

O SPM é, também, parceiro da Universidade Federal de Rondônia – Unir, em um projeto de extensão com os haitianos. Acreditamos que temos dado a nossa contribuição, tanto para os imigrantes, com quem mantemos contato frequente, quanto para uma movimentação em direção de uma nova política de imigração brasileira.

Equipe elaboradora do relatório:

Ir. Orila Maria Travessini -mcs – Arquidiocese Porto Velho

Ir. Ozânia mcs – Arquidiocese Porto Velho

Prof. Esp. Geraldo Castro Cotinguiba (Cientista Social, pesquisador em Antropologia e colaborador do SPM)

Prof.^a Dra. Marília Pimentel (Prof.^a da Universidade Federal de Rondônia e colaboradora do SPM)

Porto Velho, 26 de março de 2013.

ANEXOS

Anexo 1: Mapa da rota migratória dos haitianos para o Brasil

Fonte: <http://ponto.outraspalavras.net/2012/01/20/brasil-os-desafios-da-lei-de-migracoes/>



Anexo 2: Panorama geral das instalações físicas do local de “hospedagem” dos haitianos em Brasileia.
Área externa à direita de quem entra.

Foto: Ir. Ozânia



Anexo 3: Panorama geral das instalações físicas do local de “hospedagem” dos haitianos em Brasileia.
Área externa, onde se estendem as roupas lavadas e tomam banho de caneca a céu aberto.

Foto: Ir. Ozânia



Anexo 4: Panorama geral das instalações físicas do local de “hospedagem” dos haitianos em Brasileia. Área externa, um dos portões de entrada e onde se depositam o lixo.

Foto: Ir. Ozânia



Anexo 5: Panorama geral das condições de “hospedagem” dos haitianos em Brasileia. Área interna onde se alimentam e dormem.

Foto: Ir. Ozânia, 09/03/2013.



Anexo 6: Panorama geral das condições de “hospedagem” dos haitianos em Brasileia. Área interna onde se alimentam e dormem.

Foto: Ir. Ozânia, 09/03/2013.



Anexo 7: Fila para receberem uma marmita na hora da janta.

Foto: Ir. Ozânia, 09/03/2013.